

À
Comissão Especial de Concurso Público da
Prefeitura Municipal de Arapuá
NESTA

Ref.: Recursos Administrativos contra a **Realização das Provas** e/ou **Questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha** e/ou divulgação do **Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (Gabarito Provisório)** – Prefeitura Municipal Arapuá – Concurso Público – Edital nº 03/2022.

DOS RECURSOS

Foram protocolados/enviados, TEMPESTIVAMENTE, recursos, conforme resumo a seguir:

PROVA		
Nº DA PROVA	TIPO	Nº DA QUESTÃO
02	PORTUGUÊS	02, 03, 04, 10
05	CONHECIMENTOS GERAIS	18, 20
06	CONHECIMENTOS GERAIS	30
07	ESPECÍFICA (NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA)	11, 12, 18
18	ESPECÍFICA (BIBLIOTECONOMISTA)	26
22	ESPECÍFICA (ENGENHEIRO CIVIL)	28
23	ESPECÍFICA (FISIOTERAPEUTA)	24, 26, 30
24	ESPECÍFICA (NUTRICIONISTA)	22
25	ESPECÍFICA (PROFESSOR)	21

CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, o Edital do Concurso Público fez menção expressa de quais os fatos a ensejar a interposição de recurso:

XII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Serão admitidos recursos contra os seguintes eventos:

- indeferimento do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- inscrições (erro na grafia do nome; omissão do nome; erro no nº de inscrição; erro no nº da identidade; erro na nomenclatura do cargo; indeferimento de inscrição; indeferimento do pedido de atendimento diferenciado);
- local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou sala; erro na data e/ou horário);
- realização das provas;
- questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (desde que demonstrado erro material);
- gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada);
- resultado (erro na pontuação e/ou classificação);
- qualquer outra decisão proferida no certame.

...

8. Será indeferido liminarmente o pedido de recurso fora de contexto ou não fundamentado ou que não apresentar argumentação lógica e consistente ou ainda aquele a que se der entrada fora dos prazos estabelecidos.

NOSSO PARECER

PROVA DE PORTUGUÊS Nº 02, QUESTÃO Nº 02. RECURSO INDEFERIDO. A questão abrange os objetivos de conhecimentos e habilidades determinadas pela a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, conforme descrito a seguir:

- **(EF69LP20)** Reconstrução das condições de produção e circulação e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero (**Lei, código, estatuto, código, regimento etc.**)
- **(EF69LP24)** Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, **do Código Nacional de Trânsito**, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. -, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo

Bem como as habilidades e objetivos de conhecimentos destinados ao Ensino Fundamental 8º e 9º ano.

- **(EF89LP18)** Explorar e analisar instâncias e canais de participação disponíveis na escola (conselho de escola, outros colegiados, grêmios livres), na comunidade (associações, coletivos, movimentos, etc.), no município ou no país, incluindo formas de participação digital, como canais e plataformas de participação (como portal e-cidadania), serviços, portais e ferramentas de acompanhamentos do trabalho de políticos e de **tramitação de leis**, [...]

Também as habilidades destinadas ao Ensino Médio.

- **(EM13LP07)** Analisar, em textos de **diferentes gêneros** [...]

A tipo textual denominado injuntivo abrange vários gêneros textuais como por exemplo manual de instrução, regulamentos/ leis entre outros.

Alternativa correta é a Letra “D”

Fontes: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf
<http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/Tipologia%20textual%20e%20ensino%20-%20Dom%C3%ADnios%20da%20Linguagem%2041612-185711-1-PB.pdf>

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.

PROVA DE PORTUGUÊS Nº 02, QUESTÃO Nº 03. RECURSO INDEFERIDO. A questão abrange os objetivos de conhecimentos e habilidades determinadas pela a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, conforme descrito a seguir:

- **(EF69LP20)** Reconstrução das condições de produção e circulação e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero (**Lei, código, estatuto, código, regimento etc.**)
- **(EF69LP24)** Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, **do Código Nacional de Trânsito**, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. -, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo

Bem como as habilidades e objetivos de conhecimentos destinados ao Ensino Fundamental 8º e 9º ano.

- **(EF89LP18)** Explorar e analisar instâncias e canais de participação disponíveis na escola (conselho de escola, outros colegiados, grêmios livres), na comunidade (associações, coletivos, movimentos, etc.), no município ou no país, incluindo formas de participação digital, com canais e plataformas de participação (como portal e-cidadania), serviços, portais e ferramentas de acompanhamentos do trabalho de políticos e de **tramitação de leis**, [...]

Também as habilidades destinadas ao Ensino Médio.

- **(EM13LP07)** Analisar, em textos de **diferentes gêneros** [...]

O entendimento que deve-se ter nesta questão é o seguinte:

Os Municípios e a União podem realizar julgamento de infrações e de recursos? A resposta é sim. A alternativa não diz que “somente” os Municípios e a União podem realizar julgamento de infrações e de recursos.

Alternativa correta é a Letra “A”.

Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

PROVA DE PORTUGUÊS Nº 02, QUESTÃO Nº 04. RECURSO INDEFERIDO. A questão abrange os objetivos de conhecimentos e habilidades determinadas pela a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, conforme descrito a seguir:

- **(EF69LP20)** Reconstrução das condições de produção e circulação e adequação do texto à construção composicional e ao estilo de gênero (**Lei, código, estatuto, código, regimento etc.**)
- **(EF69LP24)** Discutir casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam (supostos) desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, **do Código Nacional de Trânsito**, de regulamentações do mercado publicitário etc., como forma de criar familiaridade com textos legais – seu vocabulário, formas de organização, marcas de estilo etc. -, de maneira a facilitar a compreensão de leis, fortalecer a defesa de direitos, fomentar a escrita de textos normativos (se e quando isso for necessário) e possibilitar a compreensão do caráter interpretativo das leis e as várias perspectivas que podem estar em jogo.

Bem como as habilidades e objetivos de conhecimentos destinados ao Ensino Fundamental 8º e 9º ano.

- **(EF89LP18)** Explorar e analisar instâncias e canais de participação disponíveis na escola (conselho de escola, outros colegiados, grêmios livres), na comunidade (associações, coletivos, movimentos, etc.), no município ou no país, incluindo formas de participação digital, como canais e plataformas de participação (como portal e-cidadania), serviços, portais e ferramentas de acompanhamentos do trabalho de políticos e de **tramitação de leis**, [...]

Também as habilidades destinadas ao Ensino Médio.

- **(EM13LP07)** Analisar, em textos de **diferentes gêneros** [...] Assim como as alternativas “A” e “C”, a alternativa “D” não está correta pois a cor do letreiro “ESCOLAR” deve ser em preto. A inversão de cores pode ocorrer em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, conforme descrito a abaixo:

CAPÍTULO XIII DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES.

Art. 136. III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, **em preto**, sendo que, em caso de **veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;**

Alternativa correta é a Letra “B”

PROVA DE PORTUGUÊS Nº 02, QUESTÃO Nº 10. RECURSO INDEFERIDO. A questão pede que se considere o verbo destacado dentro do contexto da frase apresentada, por essa razão a frase foi inserida na questão e não somente o verbo. Portanto, o verbo destacado na frase está no modo subjuntivo.

Alternativa correta é a letra “B”.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 05, QUESTÃO Nº 18. RECURSO INDEFERIDO. O edital do referido certame não delimitou período para abordagem dos temas de conhecimentos gerais. Ademais, a questão é apropriada à finalidade a que se destina e é pertinente com edital pois abrange o tópico “**Aspectos socioeconômicos/ economia**”.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 05, QUESTÃO Nº 20. RECURSO INDEFERIDO. Dentre as alternativas apresentadas na questão 20 a única que faz correspondência ao termo “Cariri” é a que a que consta na alternativa “B”, uma vez que outras semânticas do termo “Cariri” não foram apresentadas na questão.

De acordo com os estudos os Cariris eram um povo que migraram do norte e haviam caminhado pelas regiões costeiras do litoral brasileiro na região nordeste. Antes, eles viviam em vasta área dispersos entre os rios São Francisco, na Bahia, e o Parnaíba, no Piau.

No que se refere ao Cariri, o braço escravo – primeiro a escravidão do indígena, pertencente à tribo dos Cariris, encontrada nesta região pelos colonizadores, depois a escravidão africana, trazida com o intuito de encontrar riquezas – esteve bastante vinculado ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar e na agricultura voltada à subsistência.

Ressalta-se ainda que a questão pede exclusivamente que se aponte um significado para o termo Cariri, pois se trata de uma questão de conhecimentos gerais e não de interpretação de texto por inferências, ademais ao responder uma questão é preciso que o candidato não comente extrapolação e perca o foco do que é realmente pedido.

Fonte: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/confederacao-dos-cariris/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20estudos%20sobre%20esses%20%C3%ADndios%2C%20os%20Cariris.e%20o%20Parna%C3%ADba%2C%20no%20Piau%C3%AD>

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/05/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 06, QUESTÃO Nº 30. RECURSO INDEFERIDO. Dentre as alternativas apresentadas na questão 30 a única que faz correspondência ao termo “Cariri” é a que a que consta na alternativa “B”, uma vez que outras semânticas do termo “Cariri” não foram apresentadas na questão.

De acordo com os estudos sobre os Cariris eram um povo que migraram do Norte e haviam caminhado pelas regiões costeiras do litoral brasileiro na região nordeste. Antes, eles viviam em vasta área dispersos entre os rios São Francisco, na Bahia, e o Parnaíba, no Piau.

No que se refere ao Cariri, o braço escravo – primeiro a escravidão do indígena, pertencente à tribo dos Cariris, encontrada nesta região pelos colonizadores, depois a escravidão africana, trazida com o intuito de encontrar riquezas – esteve bastante vinculado ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar e na agricultura voltada à subsistência.

Ressalta-se ainda que a questão pede exclusivamente que se aponte um significado para o termo Cariri, pois se trata de uma questão de conhecimentos gerais e não de interpretação de texto por inferências, ademais ao responder uma questão é preciso que o candidato não comente extrapolação e perca o foco do que é realmente pedido.

Fonte: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/confederacao-dos-cariris/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20estudos%20sobre%20esses%20%C3%ADndios%2C%20os%20Cariris.e%20o%20Parna%C3%ADba%2C%20no%20Piau%C3%AD>

https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/05/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf

PROVA ESPECÍFICA (NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA) Nº 07, QUESTÃO Nº 11. RECURSO INDEFERIDO. A mamografia é um exame realizado pelo **nível secundário de atenção** do SUS, não pela APS, embora possa ser solicitado pelo médico deste nível de atenção.

PROVA ESPECÍFICA (NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA) Nº 07, QUESTÃO Nº 12. RECURSO INDEFERIDO. O porte populacional não é levado em conta, sozinho, para definição dos valores de repasses do previne brasil aos municípios. Como o próprio candidato argumentou, o critério vigente é quanto à classificação rural-urbana do

município, que até leva em conta o porte populacional, mas não se restringe a ele, como indicou a questão. Assim, a segunda sentença da questão permanece sendo falsa.

PROVA ESPECÍFICA (NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA) Nº 07, QUESTÃO Nº 18. RECURSO INDEFERIDO. Se a vacina acabou de ser aprovada, mas ainda não está disponível no SUS, para toda a população, ela continua sendo não prevenível por vacinação, pois as pessoas continuam e continuarão a adoecerem função dessa doença.

PROVA ESPECÍFICA (BIBLIOTECONOMISTA) Nº 18, QUESTÃO Nº 26. RECURSO INDEFERIDO. O candidato sugere que a questão 26 seja anulada, pois alega que não existe resposta correta para a questão.

Ocorre que, conforme afirma Robredo, J. Documentação de hoje e amanhã, na página 125-126, o autor afirma que: “a indexação pode ser realizada, no que se refere à parte do documento considerada para extrair a informação representativa: a partir do título ou de um resumo, ou partes de documentos....., e,

Do ponto de vista da linguagem utilizada para representar os conceitos, pode-se considerar: a indexação em linguagem natural e a indexação em linguagem artificial. E, a **indexação, do ponto de vista das possíveis relações, entre os termos ou códigos utilizados** para representar o conteúdo dos documentos, pode ser: coordenada (quando se associam dois ou mais conceitos unitários (ex. economia agrícola); não coordenada (quando tal associação não existe (p. ex. economia, agricultura, etc. como conceitos independentes.

A pergunta feita na questão foi: “**Do ponto de vista das possíveis relações, entre os termos ou códigos utilizados para representar o conteúdo dos documentos...**”.

Nesta questão somente a alternativa C (Coordenada ou não coordenada) está **correta**.

PROVA ESPECÍFICA (ENGENHEIRO CIVIL) Nº 22, QUESTÃO Nº 28. RECURSO INDEFERIDO. A NBR 5410 estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão e é utilizada em projetos elétricos na construção civil. A Norma estaria desatualizada se uma nova versão estivesse sido publicada e, no caso da questão contestada, os símbolos sofressem alguma modificação. Nos projetos de instalações elétricas de baixa tensão, o símbolo indica um condutor combinando as funções de neutro e de condutor de proteção. Portanto, a Norma está vigente e o tema está incluso no Edital (Normas técnicas (incluindo NBRs atinentes à área) e de segurança aplicadas ao trabalho da respectiva área).

PROVA ESPECÍFICA (FISIOTERAPEUTA) Nº 23, QUESTÃO Nº 24. RECURSO INDEFERIDO. A hipertermia é o termo utilizado para designar a temperatura acima de 37,5°C. Quando a hipertermia se dá em decorrência de uma doença, é chamada febre, mas ela pode ocorrer em condições normais, como no exercício físico. Apesar dos limites de temperatura para a definição de hipotermia variar na literatura, considera-se hipotermia a redução da temperatura sanguínea central abaixo de 36°C.

A temperatura normal do corpo humano varia de 36,2°C a 37,5°C, quando medida na axila.

Fonte: Referência: Programa de atualização PROFISIO Fisioterapia Cardiovascular e respiratória: Ciclo 4/ Organizado pela ASSOBRAFIR. Porto Alegre, Artmed Panamericana, 2018.»

PROVA ESPECÍFICA (FISIOTERAPEUTA) Nº 23, QUESTÃO Nº 26. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA. Houve um equívoco quanto a definição do enunciado da questão, portanto a mesma está anulada.

PROVA ESPECÍFICA (FISIOTERAPEUTA) Nº 23, QUESTÃO Nº 30. RECURSO INDEFERIDO. Os testes de provocação avaliam características de um tecido. Para avaliação direta e específica de morfologia são utilizados exames de imagem. Sendo a tensão uma característica do tecido, o teste avalia o tecido através de sua funcionalidade. Assim como existem testes que avaliam o tecido através de sua flexibilidade, integridade e outras características.

PROVA ESPECÍFICA (NUTRICIONISTA) Nº 24, QUESTÃO Nº 22. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA. Houve equívoco quanto a definição das alternativas das questões, sendo letras A e B de fato idênticas. Portanto, é necessária sua anulação.

PROVA ESPECÍFICA (PROFESSOR) Nº 25, QUESTÃO Nº 21. RECURSO INDEFERIDO. As crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. Para atender essa obrigatoriedade — a matrícula cabe aos pais e responsáveis —, as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos.

O novo documento ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade#:~:text=C%C3%B3digo%20para%20do%20Twitter,.de%204%20a%2017%20anos.> (Acesso em 12/5/2023)

É o nosso parecer, S.M.J.,

Atenciosamente,

Exame Auditores & Consultores Ltda - EPP.
Setor de Concursos